

1 **ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
2 **CURADOR – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO**  
3 **PARANAPANEMA – CISMEPAR.**

4 Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta minutos, no  
5 Centro de Difusão de Tecnologia – CDT do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR,  
6 localizado na Rodovia Celso Garcia Cid, trezentos e setenta e cinco – Londrina/PR realizou-  
7 se a centésima vigésima nona reunião do Conselho Curador para deliberar assuntos constantes  
8 na pauta. Estavam presentes, na categoria de **Conselheiros Suplentes**: Leiliane de Jesus de  
9 Martini Lopes Vilar (Ibiporã). Gisele Aparecida de Moraes (Jaguapitã); Eudes Cavallari  
10 Junior (Lupionópolis); Viviane Granado B. da Silva (Tamarana). **Demais Gestores de Saúde**:  
11 Valteir Aparecido Bazzoni (Alvorada do Sul); Carla Brandão de Oliveira (Bela Vista do  
12 Paraíso); Diego Eduardo Favero (Pitangueiras); Paloma de Souza Cavalcante Pissinati  
13 (Rolândia), Daiany Martins Kozan Levistki (Sertanópolis). **Convidados**: Adriana Fernandes  
14 de Jesus (Pitangueiras); Juliana de Oliveira Fico (Tamarana); Cassia Regina Braga  
15 (Lupionópolis); Reginaldo Antonio Sales (Florestópolis); Carlos A. Vaz (Prado Ferreira);  
16 Kelly Folly Kubo (Jataizinho); Evelise Ap. Correia de Melo (Jaguapitã); Ilto de Souza  
17 (Ibiporã); Karla Giovana Bavaresco Ulinski (Rolândia), Rodrigo L. B. Luppi (CRESEMS);  
18 Joelma Ap. De Souza (17ª Regional de Saúde); Fabrícia M. Januário (17ª Regional de Saúde);  
19 Andressa Fiorio Zocoler (DRAS); Ana Maria da Silva (Cismepar); Gislainy Silvia Camargo  
20 Ricardo (Cismepar); Jacelio Dionisio Oliveira (Cismepar), Silvia Karla Azevedo Vieira  
21 Andrade (Cismepar). Em substituição ao coordenador, o Sr. Eudes deu boas vindas a todos e  
22 informou que o Sr. Fabiano não poderá comparecer à reunião, solicitando a ele que  
23 coordenasse a reunião do conselho nesta data. Em seguida, passou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Silvia  
24 Karla, solicitando que esta apresentasse as informações técnicas em apoio à discussão da  
25 pauta elencada. A Sr.<sup>a</sup> Silvia Karla cumprimentou a todos e elencou a pauta do dia, sendo:  
26 Análise do Caderno de Gestão Bimestral/setembro; Potencialização – modalidade mutirão  
27 (Risco Um); Orçamento para os programas nos exercícios dois mil e vinte e um e dois mil e  
28 vinte e dois. A Sra. Silvia Karla continuou dizendo que o consórcio e os gestores municipais  
29 vêm travando uma jornada a respeito da lista de espera, tendo sido realizada a reunião da  
30 Gestão Municipal, ao qual unificou o grupo do G-dezessete e o G-Quatro, onde foi  
31 combinado a continuidade da pauta para o dia de ontem, mas para otimizar a discussão das  
32 pautas, foi sugerido a junção das duas reuniões, o Conselho Curador e Gestão Municipal para  
33 a data de hoje, ao qual os gestores aderiram a ideia, de forma que nesta ocasião será tratado do  
34 Caderno de Gestão Bimestral, contendo relatório do atendimento ambulatorial; listas de  
35 espera e oferta. A Sra. Silvia Karla disse que o consórcio propôs montar um plano de ação  
36 onde pudesse compreender a fila de pacientes Risco Um, já que na última reunião os  
37 secretários apresentaram suas aflições a respeito dessa fila, devido estar sendo potencializado  
38 a oferta a partir do maior risco, dando a impressão que o risco um nunca será atendido. E a  
39 proposta para esse plano de ação da potencialização ao qual o consórcio está chamando de  
40 mutirão do Risco Um, mas para isso é necessário verificar a programação física e  
41 orçamentaria do Cismepar, o que está apostado no contrato de rateio e na contratualização. A  
42 Sra. Silvia Karla informou que houve uma redução da oferta na competência de outubro em  
43 razão da redistribuição do orçamento. Disse ser necessário compreender o que está  
44 acontecendo, e para isso será apresentado um terceiro ponto de pauta, a situação orçamentária  
45 e financeira, organizado junto com a programação física dos atendimentos do Programa Dois  
46 e também do recurso do rateio. Explicou que a ideia dessa reunião é trabalhar esses três  
47 temas, também a questão do orçamento para os programas, já que este assunto traz um bom  
48 embasamento para as demais discussões. Informou que a Sra. Viviane e a Sra. Vilma  
49 trouxeram os dados do orçamento e a Sra. Ana Maria e a Sra. Aline trouxeram os dados da

50 programação física e orçamentária. **Orçamento:** A Sra. Silvia Karla iniciou pela sua  
51 apresentação detalhada do orçamento pela análise do relatório contábil financeiro, tendo a  
52 demonstração por fonte e por programa. Seguiu apresentando o demonstrativo das despesas,  
53 onde foram apresentados os valores pormenorizados, cada uma das fontes, objeto e elemento  
54 de despesa, explicando suas destinações, conforme relatório. Informou que trata de dados do  
55 período de janeiro a agosto de dois mil e vinte e um. Informou que material apresentado nesta  
56 data será encaminhado para os secretários via *e-mail* imediatamente após a reunião. A Sra.  
57 Silvia Karla lembrou que o consórcio teve que fazer uma chamada para cobertura nas linhas  
58 de cuidado deste ano, em seis centavos na *per capita*, sendo então provisionada no rateio,  
59 devido a ausência de receita que foi ocasionada por conta da finalização do convênio  
60 COMSUS em junho do ano passado e a necessidade de manutenção dos atendimentos às  
61 gestantes e bebês de alto risco. Explicou ainda que no momento da aprovação do PLACIC  
62 deste exercício não foi possível a inserção da receita das Linhas de Cuidado, uma vez que o  
63 convênio não estava assinado. Lembrou que o assunto referente ao convênio COMSUS que  
64 finalizou em junho foi tratado em pauta deste conselho à época, como também em assembleia  
65 de prefeitos, exaustivamente. A Sr<sup>a</sup> Silvia Karla ressaltou que essa conversa tem sido feita  
66 permanentemente, uma vez que o consórcio estimava que o QualiCis fosse assinado em  
67 substituição ao COMSUS no início de dois mil e vinte e um, o que não aconteceu. A Sra.  
68 Silvia Karla disse ainda que no mês de julho em assembleia geral do conselho de prefeitos foi  
69 aprovado outro projeto de resolução para realocação de valores para suportar as despesas  
70 desses atendimentos, mas ainda assim, esse recurso de seis centavos foi insuficiente para  
71 manutenção da oferta integral, causando contingenciamento e diversas outras atividades  
72 ambulatoriais especializadas. Ressaltou ainda que, considerando que o convênio QualiCis não  
73 foi assinado até presente data, foi necessário o remanejamento de recurso financeiro e estas  
74 despesas referentes às linhas de cuidado do programa ficaram à cargo do consórcio e dos  
75 municípios, ocasionando uma grande depressão financeira ao Cismepar desde julho do ano  
76 passado. A Sra. Silvia Karla informou que esteve em Curitiba no gabinete do secretário de  
77 saúde no mês de julho, inclusive fez reuniões com a Regional de Saúde, em outros momentos,  
78 e também com o Sr. Junior do CRESEMS para tratativas acerca deste programa e que o custo  
79 mensal apenas da linha de cuidado materno infantil em média é de cerca de cento e setenta  
80 mil reais por mês, de forma que o orçamento total do ambulatório é um pouco menos de  
81 quinhentos mil reais, não restando outra medida senão a redução de vários outros  
82 atendimentos. Ainda assim, foi recomposto o orçamento para um milhão e setecentos e  
83 noventa e quatro mil reais, empenhados até agosto um milhão e duzentos mil reais, restando  
84 ainda um saldo a pagar de setecentos e sessenta e quatro mil reais, com uma estimativa de  
85 déficit de cento e cinquenta mil, mesmo diante a todos os remanejamentos ao qual o consórcio  
86 conseguiu fazer até o momento. Para o orçamento de setembro e para o orçamento de outubro,  
87 será necessário novo remanejamento orçamentário para a manutenção dessas agendas. Dando  
88 sequência, trouxe a fonte dez sessenta e sete, que trata de despesas de pessoal no recurso do  
89 rateio, com valor orçado anual de seis milhões e cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e  
90 cinco reais. Organização das despesas do Programa Um, indenizações, restituição trabalhista,  
91 sentenças judiciais, outras despesas variáveis de pessoal civil, das obrigações patronais e o  
92 salário, vencimentos e vantagens fixas. Ressaltou que havia uma previsão no orçamento para  
93 reposição de pessoal através da seleção competitiva pública, aprovado em julho de dois mil e  
94 vinte, uma vez que o consórcio se encontra com o pessoal efetivo reduzido, mas essa  
95 reposição não foi efetivada, devido vencimento do edital de seleção pública, ocasionando  
96 assim saldo na folha de pagamento, mas este recurso não pode ser realocado para outras  
97 despesas. Ainda na fonte dez sessenta e sete, no Programa Dois foi apresentado recurso  
98 específico para profissionais cedidos. A Sra. Silvia Karla informou que o consórcio conta com

99 alguns profissionais médicos cedidos pelos municípios de Cambé, Iporã, Londrina e  
100 também do Estado, e até o início deste ano, da União. Disse que é feito o ressarcimento aos  
101 municípios que cedem seus funcionários ao consórcio. Complementou dizendo que o  
102 consórcio ressarcem inclusive os encargos sociais gerados pela cessão. Disse que houve uma  
103 situação de atraso na assinatura no contrato de rateio de Londrina, fazendo com que o não  
104 fosse possível executar todo esse recurso orçado em trezentos e cinquenta e cinco mil reais  
105 por ano. Disse que foi retomada com o município de Cambé a cessão do Dr. Gilberto Martin,  
106 e que será reaberto o Ambulatório do Idoso. Passando para a fonte mil e um, que trata da  
107 contratualização, explicou que é um recurso de transferência federal, que foi organizado  
108 dentro do orçamento da transferência de média e alta da complexidade do município de  
109 Londrina no ano de mil novecentos e noventa e quatro, onde o município de Londrina faz a  
110 gestão desse recurso para acesso a todos os municípios da região, e naquele momento o  
111 Cismepar foi contratado. Antes disso, existia uma outra forma de repasse, a Programação  
112 Físico-orçamentária – FPO, não existindo contrato. O município de Londrina foi habilitado  
113 pelo Ministério da Saúde para fazer à Atenção Ambulatorial Especializada deste território  
114 regional, com valor específico e ao longo do tempo os recursos do fundo municipal da média  
115 alta e complexidade do município de Londrina também sofreu modificações, a partir de novas  
116 habilitações. Explicou ainda que em dois mil e seis o Cismepar teve a sua primeira  
117 contratualização formalizada com o município de Londrina, com metas físicas e metas  
118 qualitativas. Ressaltou que quando se fala do recurso da contratualização, é nesse instrumento  
119 que temos as metas a serem alcançadas e qual recurso que será transferido, e o contrato com o  
120 município de Londrina em consonância com as portarias à época foi utilizado o modelo de  
121 contratação de serviço público-escola, hospital universitário público, modelo esse que se  
122 mantém ainda hoje com a Cismepar. Ressaltou que não existe uma obrigatoriedade da  
123 manutenção desse contrato por parte do município de Londrina nesta modalidade, uma vez  
124 que o consórcio não presta serviços de escola pública, mas é facultado ao gestor municipal  
125 estabelecer qual é o modelo de contratação que será feito. A Sra. Silvia Karla disse que na  
126 fonte mil e um que é de recurso de fonte livre, contratualização como receita, temos  
127 apresentado aqui a representação da planilha orçamentaria do contrato, posto as rubricas do  
128 consórcio, desde dois mil e seis com o primeiro modelo, tendo desde então somente pequenas  
129 alterações. A Sra. Silvia Karla explicou quais foram as alterações, primeiro é o recurso de  
130 procedimento ambulatorial da média, no qual conta com um orçamento de seis milhões,  
131 duzentos e setenta e oito mil reais ano, esse orçamento é agregado a alguns incentivos que  
132 foram sendo estruturados ao longo do tempo neste contrato, o primeiro deles é incremento aos  
133 consórcios intermunicipais de saúde para implementação e manutenção de ofertas e esse  
134 recurso também procede do fundo nacional, recursos de transferência federal de seiscentos  
135 mil reais ano. O incentivo à contratualização para implementação de melhorias da qualidade  
136 da assistência no montante de trezentos e sessenta mil reais; o recurso específico para a  
137 implantação do ambulatório de hepatites, com tratamento assistido no montante de cento e  
138 cinquenta e três mil reais; o recurso da implementação da oferta de serviços de diagnose para  
139 os municípios de um milhão e trezentos mil reais. Esse incremento estava organizado junto ao  
140 Fundo Estadual, tratando de recursos federais que eram transferidos para o Estado e o Estado  
141 em dado momento comunicou o Ministério da Saúde que esses recursos seriam transferidos  
142 para o fundo municipal de Londrina para o incentivo a ações específicas e com projetos  
143 específicos que foram apresentados e a forma de organização administrativamente é a  
144 transferência fundo ao fundo, de forma que esse recurso saiu do fundo do Estado e vai para o  
145 fundo municipal de Londrina e fica atrelado nesse contrato para essas ações. Além disso, o  
146 consórcio conta com uma dotação de implantação e custeio para a Unidade de Mama, no  
147 montante de quinhentos e quarenta e dois mil reais ano. O incentivo à contratualização das

148 ações e melhorias da qualidade procedia da contratualização dos hospitais zona norte e zona  
149 sul, recurso de incentivo no montante de setenta mil reais por mês, dividido por igual. Segue  
150 dizendo que esses recursos eram utilizados para pagamento de folha de pessoal que atuavam  
151 administrativamente, tanto na licitação, na contabilidade e na produção de serviços.  
152 Quando da elaboração do orçamento no ano passado e com aprovação do QualiCis em junho,  
153 depois a aprovação do orçamento em julho, o consórcio ainda não contava com o indicativo  
154 que a administração dos hospitais estaduais seriam transferidos para Funeas, então o  
155 orçamento deste ano foi organizado com essa receita no montante total de oitocentos e  
156 quarenta mil reais, do programa de apoio à atenção hospitalar. Uma vez que ocorrido a  
157 migração desses hospitais para a administração da Funeas, essa receita não existe mais e o  
158 contrato com Londrina referente a esse programa exclusivamente se encerrou no dia trinta de  
159 setembro. A Sra Silvia Karla apontou que com isso, torna-se necessária uma suplementação  
160 orçamentária para sua adequação, gerando uma diferença de trezentos e cinquenta mil reais  
161 que é o déficit ao qual o consórcio deverá administrar. Ainda na contratualização, existe um  
162 recurso para porte anestésico de exames e também para tomografia, ressonância e  
163 espirometria. É um recurso específico que estava no orçamento deste ano no montante de  
164 vinte e quatro mil reais ano, mas receita essa que até o momento não foi repassada, porque  
165 esse valor encontra-se previsto na Portaria número Três Nove Nove Quatro. A Sra. Silvia  
166 Karla disse acreditar ser de conhecimento geral que essa Portaria é proveniente de recurso de  
167 incentivo Federal do ano de dois mil e dezessete, da época do então Ministro Ricardo Barros  
168 ao qual destinou um recurso de vinte e cinco milhões para todos os consórcios do Estado do  
169 Paraná, destes vinte e cinco milhões, dois milhões e duzentos e vinte e cinco foram destinados  
170 para o Cismepar através desta Portaria. Segue dizendo que o assunto foi apresentado ao  
171 Conselho Curador no qual aprovou um plano de ação para execução deste recurso, uma vez  
172 que o recurso deveria ser utilizado com despesas de assistência da saúde. O consórcio aguarda  
173 a celebração da transferência desse recurso para o contrato do Cismepar, o que ainda não  
174 aconteceu. Ressalta que o consórcio acompanha esse processo de forma permanente e que  
175 este assunto foi retomado em dois mil e dezenove, até que no final do ano passado o  
176 secretário de saúde de Londrina Sr. Felipe se comprometeu a celebrar o termo auditivo do  
177 contrato, para fins da transferência deste recurso que será utilizado para exames diagnósticos.  
178 Ressalta que este mesmo recurso foi mencionado em pactuação no início desse ano, em  
179 assembleia de prefeitos, por ocasião da aprovação do Qualicis, onde se organizou que os  
180 exames de análises clínicas das linhas de cuidado seriam custeadas através dessa portaria,  
181 ação essa que substituiria a fisioterapia. A Sra Silvia Karla afirma ainda que em reunião com a  
182 Dra. Andressa da DRAS foram claramente expostos esses pontos, e posteriormente levado ao  
183 conhecimento deste Conselho Curador e ao Conselho de Prefeitos, contudo, até o momento  
184 também não houve essa transferência. O Sr. Ilto perguntou se esse valor já foi repassado do  
185 Ministério da Saúde para Londrina. A Sra. Silvia Karla respondeu que sim, em dois mil e  
186 dezessete. O Sr. Ilto perguntou se esse assunto já foi levado para o Conselho de Prefeitos. A  
187 Sra. Silvia Karla respondeu que foi pauta em maio deste ano, porém que o prefeito Sr.  
188 Marcelo, não compareceu a esta assembleia, mas se encontrava representado com procuração  
189 pelo Sr. Felipe, que naquela ocasião se comprometeu a celebrar o termo auditivo referente a  
190 Portaria Três Nove Nove Quatro de dois mil e dezessete. O Sr. Reginaldo questionou se o  
191 consórcio efetuou alguma cobrança ao município de Londrina. A Sra. Silvia Karla respondeu  
192 que sim. A Sra. Talita diz não ter conhecimento que esse recurso estava com entraves no  
193 contrato. A Sra. Silvia Karla respondeu que em dois mil e dezenove, quando ela retornou ao  
194 Cismepar, esse foi um dos primeiros assuntos tratados neste conselho, e que neste ano  
195 também este assunto já foi pautado, disse ainda que o consorcio também precisava do recurso  
196 efetivamente para o QualiCis. Em resposta ainda ao Sr. Ilto a Sra. Silvia Karla disse que

197 esteve em Brasília, chegando agora de manhã e ontem à tarde se reuniu com o gabinete do  
198 Senador Flavio Arns, já que ele em dois mil e dezenove este senador destinou o recurso de  
199 quinhentos mil reais para o consórcio. Este recurso foi depositado dois dias depois da  
200 aprovação e ele também não foi transferido até o momento. Recurso esse que se trata do teto  
201 MAC. O Sr. Ilto questionou se o recurso provem de emenda parlamentar. A Sra. Silvia Karla  
202 responde que não, dizendo que é um saldo orçamentário da União. Informou que em dois mil  
203 e dezenove esteve pessoalmente no gabinete do senador que poucas semanas depois destinou  
204 o recurso ao consórcio. A Sra. Silvia relembrou toda a tramitação, onde combinou com a Sra.  
205 Rosilene Machado, funcionária do município de Londrina o cadastro desse recurso no Fundo  
206 Municipal de Saúde, inclusive o cadastro foi efetivado pelos servidores da prefeitura e que  
207 possui um documento de Londrina autorizando esse cadastro. A Sra. Veronica perguntou se o  
208 contrato de Londrina com o Cismepar está pacificado. A Sra. Silvia Karla diz que o contrato  
209 com o Cismepar está vigente, e corre tudo bem, o problema se encontra nesses dois recursos e  
210 que não estão no contrato ainda, sendo necessário um termo aditivo. A Sra. Andressa pediu a  
211 palavra e perguntou se já havia sido colocado para os gestores o porquê do impedimento dessa  
212 transferência. A Sra. Silvia Karla disse que desconhece qualquer impedimento. A Sra.  
213 Andressa disse que em primeiro lugar esse dinheiro só é possível usar para tabela SUS, alegou  
214 que a maior parte desse recurso estava destinado a fisioterapia e que o Cismepar não se  
215 encontrava credenciado para esse tipo de atendimento. O Sra. Silvia Karla perguntou se o  
216 empecilho é técnico, uma vez que já foram enviados todos os documentos referentes ao plano  
217 de ação e que as ações são exclusivamente para procedimentos da tabela SUS. A Sra.  
218 Andressa respondeu que sim e que é necessário apresentar novamente o plano de trabalho. Foi  
219 deliberado que será agendado uma reunião com o representante do CRESEMS para uma  
220 conversa técnico com o secretário de saúde de Londrina. Foi deliberado que além do valor do  
221 recurso original, deverá ser também cobrado os rendimentos. Retomando a apresentação a  
222 Sra. Silvia Karla disse que o recurso proveniente da contratualização dos hospitais não será  
223 mais prevista, uma vez que o incentivo deste período de oito meses fica atrelado ao  
224 cumprimento ou não de metas, dependendo dessa organização e será avaliado nesse período  
225 para o repasse do recurso, esse recurso foi orçado em vinte e quatro mil reais, ao qual já havia  
226 sido indicado no orçamento que provém da Portaria Três Nove Nove Quatro. Dando  
227 continuidade à apresentação, a Sra Silvia Karla disse ainda que, por último há o recurso  
228 provisionado de produção do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC,  
229 considerando esse contrato é do final de dois mil e dezoito, e havia uma previsão dessa receita  
230 no orçamento que era para procedimento de embolização arterial, condizendo com a produção  
231 de serviços FAEC, porém nunca foi executada. Seguiu dizendo que na fonte mil e um,  
232 recursos de contratualização, há também despesas do Programa Um - Gestão Consorciada  
233 Eficiente, que trata das funções de gestão do Centro de Especialidades do Cismepar, provém  
234 da mesma forma, auxílio alimentação, material de consumo, outros serviços de terceiros  
235 pessoa jurídica, serviços de tecnologia, outros serviços patrimoniais e também aqui o  
236 vencimento de outros e vantagens fixas no que se refere a despesas de pessoal. Informou que  
237 ainda na fonte mil e um da contratualização, onde a maior parte da destinação do recurso da  
238 contratualização é para o Programa Dois - Atenção Ambulatorial Especializada, onde se  
239 apresenta as despesas do auxílio alimentação, auxílio transporte de todos os trabalhadores que  
240 estão lotados no ambulatório do Centro de Especialidades. Apresentou o item de transferência  
241 de despesas de exercícios anteriores, que passaram da competência de dezembro para janeiro,  
242 além de indenizações trabalhistas se refere a exonerações de pessoal que não se encontravam  
243 previstas, e por isso houve uma extrapolção de treze mil reais; outras despesas variáveis de  
244 pessoas civil, onde havia sido feita uma previsão um pouco maior que o habitual anual, sendo  
245 executado um valor menor, em razão da pandemia; outros serviços de terceiros pessoa

246 jurídica, na ordem de seis milhões e vinte mil reais, trata de contratação de empresas por meio  
247 de chamamento público para atendimento no ambulatório de especialidades na sede própria  
248 para diagnose também, apontou um déficit na programação da ordem de cento e dezesseis mil  
249 reais, explicou que esse déficit é justamente por conta do remanejamento de valores feito para  
250 atender a ausência do convênio COMSUS/QualiCis; ressarcimento de despesas de pessoal  
251 requisitado, trata de conta criada para utilização do recurso do rateio, obrigações patrimoniais,  
252 salários, vencimentos e vantagens fixas da ordem de dois milhões e seiscentos e sessenta e  
253 três mil reais, existindo um déficit ainda em relação a contratualização, ainda que o consórcio  
254 tenha no ano passado ficado um mês sem atendimento em quase todas especialidades, com  
255 exceção da hepatite, das gestantes de alto risco, da biopsia de próstata que foram  
256 especialidades que não houve suspensão nos atendimentos em momento algum durante a  
257 pandemia, dentre outros. Ressaltou que caso não tivesse acontecido essa redução no ano  
258 passado, o consórcio não teria condição de dar suporte financeiro às Linhas de Cuidados Materna  
259 Infantil e os outros atendimentos. E por último apresentou o Programa Nove em relação a esse  
260 primeiro ponto, onde se apresenta a Potencialização da Oferta no Programa de Atenção  
261 Complementar em Saúde Municipal, tendo uma organização fracionada por dotação de  
262 material de consumo, que apresenta um montante de novecentos e dezessete mil, se refere à  
263 ostomia, para aquisição de materiais para os pacientes dos municípios que participam do  
264 programa. Apresenta a dotação de outros serviços de terceiros pessoa jurídica, contrato de  
265 exames, Projeto Um da Potencialização da Oferta; óculos e explicou que a licitação foi  
266 finalizada em maio, para utilização e custeio municipal para distribuição gratuita à população.  
267 A Sra. Veronica pediu a palavra e solicitou que na nota fiscal da potencialização da oferta seja  
268 discriminado o período que compreende a produção de serviços. A Sra. Vilma aponta que é  
269 possível atender à solicitação. A Sra. Silvia Karla, dando sequência, falou sobre o Programa  
270 Nove, disse que é costumeiro no Cismepar a entrega para o município de um relatório  
271 apontando o consumo. Ressaltou que nesse ano de dois mil e vinte e um para o orçamento de  
272 dois mil e vinte e dois, a estratégia foi diferente, lembrou aos presentes que foi encaminhado  
273 um ofício para cada município com planilhas de *excel*, onde se apresentava o código de  
274 procedimento individualizado e a quantidade a ser prevista para utilização de cada município.  
275 E, ressaltou que para o fechamento do Placic do próximo exercício, foi pactuado em reunião  
276 deste conselho a planilha consolidada, que embasa também os novos contratos. A Seguiu  
277 apresentando a programação física e orçamentária, organizada por unidade de despesa, projeto  
278 atividade e centro de custo do exercício de 2021 por programa. Ressaltou que as maiores  
279 despesas que exigiram esforços para aporte e reprogramação se encontram na Linha de  
280 cuidados Materno Infantil. A Sra. Silvia Karla informou que a contratualização de Saúde  
281 Mental sofreu um ajuste contratual em agosto do ano passado, com último contrato celebrado  
282 para o período de vinte e quatro meses, devido um indicativo do Tribunal de Contas.  
283 Informou ainda que o Cismepar conta com pessoal próprio nos CAPS e que se encerra no ano  
284 que vem este contrato, de forma que Londrina se comprometeu a realizar concurso público  
285 para chamamento de equipe própria ou outra metodologia para manutenção dos serviços. A  
286 Sra. Silvia Karla disse que houve uma suspensão dos atendimentos do idoso frágil durante a  
287 pandemia e que é retomado agora. A Sra. Djamedes questionou se os profissionais disponíveis  
288 na PUC são pagos pelo consórcio. A Sra. Silvia Karla respondeu que as consultas não, e que  
289 são pagos somente os exames decorrentes dos atendimentos. Informou ainda que existe um  
290 orçamento mensal e esse valor foi reajustado neste ano para menos, contando com montante  
291 de oito mil reais e que a PUC destina aproximadamente cerca de vinte mil reais. Explicou que  
292 se trata de um ambulatório acadêmico, contando com uma série de especificidades. As  
293 consultas médicas, os atendimentos dos alunos, da equipe médica dos docentes, nada disso é  
294 pago pelo consórcio, e para isso existe um termo de reciprocidade com esta instituição,

295 apontou que esse termo vence dia dois de dezembro e o consórcio tem se reunido com a  
296 professora Nádina para tratar dos meses de outubro e dezembro com pauta orçamentária, já  
297 que a PUC não dispõe mais de verba o custeio de exames. E informou que ficou acordo,  
298 inclusive documentalmente com conhecimento do jurídico do consórcio, que em outubro e  
299 novembro e até o dia dois de dezembro, eles ainda têm atendimento e que irão custear os  
300 próprios exames que forem prioridade, e os que não forem prioridade, serão encaminhados  
301 para agendas de janeiro. Após o vencimento do termo de reciprocidade, o Cismepar  
302 modificará as condições de parceria com a PUC, devendo então a instituição arcar com esses  
303 exames integralmente. A Sra. Silvia disse que vai ser aberto um chamamento a todas as  
304 universidades que desejarem oferecer seus ambulatórios acadêmicos e que possam vir assinar  
305 um termo de colaboração com o repasse de transferência em favor do consórcio, com  
306 entendimento que para o consórcio ficará mais equilibrado. A Sra. Silvia Karla apontou que  
307 houveram ambulatórios com saldo positivo no orçamento, uma vez que não houve execução  
308 de serviços, sendo possível esse remanejamento nos seguintes ambulatórios: alergia  
309 imunologia, medicina do adolescente, dores crônicas, hematologia e a cirurgia plástica.  
310 Apresentou também o demonstrativo da execução mês a mês e a projeção para os meses  
311 vindouros, demonstrando nessa planilha em linhas gerais para os mesmos projeto-atividades. A  
312 Sra. Talita questionou qual o critério para o suprimir ou aumentar a agenda. A Sra. Ana Maria  
313 respondeu que é preciso acompanhar mensalmente essa execução orçamentária, considerando  
314 fatores diversos. Informou que para as Linhas de Cuidado onde o consórcio tem um déficit de  
315 quatrocentos e cinquenta e um mil, este valor não foi retirado das outras unidades, explicou  
316 que o valor foi retirado de um saldo da fonte mil e um, que deriva de previsão de revisão dos  
317 salários dos empregados do consórcio que não foi realizado, cobrindo assim os meses de  
318 outubro a dezembro. Dando sequência, a Sra. Silvia Karla trouxe uma planilha do orçamento  
319 do Programa Dois da atenção ambulatorial para o ano de dois mil e vinte e dois. Explicou que  
320 ao invés de apresentar o quadro por especialidade com as unidades todas detalhadas no  
321 projeto atividade por especialidades, foi feito um agrupamento por unidade do cuidado, de  
322 acordo com o combinado na feira que aconteceu em janeiro deste ano, deixando o orçamento  
323 menos fracionado. **Caderno de Gestão Bimestral:** A Sra. Silvia Karla informou que o  
324 caderno que será apresentado trata do mês base setembro, e conforme acordado em reunião  
325 anterior, houve uma remodelação, trazendo novos quadros. Apresentou a programação até  
326 novembro e a perspectiva de dezembro. A Sra. Silvia Karla disse que no primeiro *slide* a  
327 agenda está organizada por especialidades do mesmo jeito que é encaminhada para o  
328 município e também para cumprimento de metas da contratualização. Quanto à oferta das  
329 especialidades, informou que a apresentação contém a oferta especializada por mês. Ressaltou  
330 que não está incluso os atendimentos interdisciplinares. Foi questionado se as quantidades  
331 tratam de primeira consulta ou retorno. A Sra. Silvia Karla respondeu que trata da soma dos  
332 dois casos. Foi solicitado que seja apresentado as quantidades em separado e questionado se a  
333 Potencialização da oferta se encontra nesse primeiro quadro. A resposta foi que não, apenas o  
334 programa dois. O Sr. Ilto questionou qual é o teto das consultas. A Sra. Silvia Karla  
335 respondeu que o teto físico é de cerca de quinhentos mil reais para tudo e uma meta de nove  
336 mil consultas que se encontra na contratualização, exceto período de pandemia. A Sra. Ana  
337 Maria ressaltou que foram reduzidas todas as primeiras consultas cirúrgicas. Complementou  
338 dizendo que a oftalmologia e a cardiologia foram reduzidas por conta do orçamento. Foi  
339 questionado quais foram os critérios para a redução da oferta. A Sra. Ana Maria respondeu  
340 que os critérios usados foram o orçamento e a lista expectante. Disse que foi necessário fazer  
341 esses ajustes para quase todas as especialidades. O Sr. Reginaldo questionou a redução na  
342 cardiologia, uma vez que a Sra. Ana Maria respondeu que a fila de primeira consulta se  
343 encontra praticamente zerada, perguntou se é uma consequência da Potencialização da Oferta,

344 onde o custo está sendo transferido para o município. A Sra. Silvia Karla responde que não,  
345 disse que quando foi iniciado o Projeto Um, foi organizado com os municípios as  
346 especialidades que eram prioritárias, mas que é de ciência de todos que não seria possível  
347 resolver tudo de uma só vez. Exemplificou dizendo a respeito da ortopedia de coluna, que não  
348 dispõe de profissional para oferta atualmente. A Sra. Silvia Karla diz que considerando  
349 diversos pedidos dos gestores municipais para que o risco um seja resolvido, seria interessante  
350 uma proposta diferenciada para que o projeto de potencialização da oferta contenha uma  
351 modalidade específica para esse risco e solicita manifestação dos presentes neste sentido.  
352 Complementando, a Sra. Silvia Karla diz que a primeira proposta é montar uma modalidade  
353 específica para aquele município que desejar com uma programação de modalidade de  
354 potencialização do risco um e uma outra modalidade para as especialidades que todos  
355 utilizarão. A segunda proposta é modificar o agendamento do projeto um, para que as  
356 unidades de regulação municipais agendem os atendimentos, de forma que possa haver maior  
357 controle orçamentário sobre essa produção. A mudança seria que o consórcio não faria o  
358 agendamento desses atendimentos, ficando igual o Projeto Três e o Projeto Quatro, onde o  
359 município, respeitando os critérios pactuados de regulação por risco, podem realizar os  
360 agendamentos, evitando assim que a Unidade de Regulação Ambulatorial do Cismepar  
361 agende uma especialidade que o município não quer. Decidido que os municípios agendarão  
362 os atendimentos, exceto para aqueles que se manifestarem individualmente em contrário. A  
363 Sra Silvia Karla deu sequência à apresentação do caderno bimestral e apresentou até o Quadro  
364 Quatorze, explicando cada um deles. Ressaltou que a Diretora de Planejamento e Atenção em  
365 Redes de Saúde – DPARS, conta com uma profissional a Sra. Jaqueline que faz captação de  
366 profissional de empresas médicas para todos os programas, inclusive para o programa de  
367 atenção ambulatorial especializada. Informa que no relatório produzido por ela constam os  
368 profissionais que o consórcio contactou, se houve interesse ou não, apresenta os gráficos  
369 demonstrando que a maior parte alega como negativa o baixo valor de honorários e uma  
370 menor parte por disponibilidade de agenda. Ressalta que a Sra. Jaqueline acompanha o trâmite  
371 desde o primeiro contato até a efetivação do profissional que se dispôs a atender no consórcio.  
372 A Sra Karla solicita esclarecimento quanto à lista de faltosos da Potencialização da Oferta,  
373 modo de cobrança e a programação das agendas com antecedência. A Sra. Silvia respondeu  
374 informando que o consórcio já começou a modificar o processo de trabalho, inclusive da  
375 capacitação das pessoas envolvidas, para que os relatórios sejam detalhados o quanto  
376 possível. A Sra. Talita perguntou quais especialidades farão parte da Potencialização da  
377 Oferta. A Sra. Silvia Karla respondeu que todas, e que no momento estão sendo trabalhadas  
378 todas as especialidades para captação. A Sra. Karla salientou que os presentes não podem  
379 esquecer que se trata de uma lista de espera eletiva e que não deveria ser olhado só para o  
380 risco três. A Sra. Silvia Karla diz ter uma proposta, quando se fala do recurso de quinhentos  
381 mil reais, existe uma ressalva, são serviços que o consórcio tem metas para cumprir constante  
382 na contratualização e informa que existe também outro ponto importante a compreender, que  
383 são os contratos de credenciamento com os profissionais, disse que com os profissionais não  
384 ficarão no consórcio com uma agenda incerta. A Sra. Silvia Karla ressaltou que os presentes  
385 precisam diferenciar o que é Projeto Um e o que é a demanda conjunta, diz ser necessário a  
386 definição de onde os municípios e o consórcio irão centrar forças. O Sr. Eudes solicitou que  
387 os assuntos que envolvem repasse de recursos, especialmente atraso no repasse de recursos  
388 devem ser pautados em todas as reuniões do conselho curador. Complementando, o Sr. Eudes  
389 falou a respeito dos exames de diagnose complementar do código duzentos e trinta e cinco –  
390 exames do teto. Disse que no G-Dezessete mais de uma vez falou a respeito desse assunto, os  
391 municípios que contam com especialistas têm seus pedidos encaminhados para uma fila  
392 regulada pelo Cismepar, disse que já se posicionou contra e que acredita que esses municípios

393 estão tendo vantagens. A Sra. Silvia Karla respondeu que em dois mil e quinze o consórcio e  
394 um grupo de municípios que dispunham de regulação, e não era possível o município pedir  
395 todo tipo de exame, ficando definido qual tipo de exame seria pedido pelo município e qual  
396 pelo consórcio. Ressaltou que na Atenção Especializada em centros municipais há um um rol  
397 de exames passíveis de solicitação e da mesma forma para a atenção básica, de forma que  
398 todos estes exames e restrições constam de um planilha de exames. Exemplificou apontando  
399 que a Atenção Básica tem outro rol de exames, mais restritivo em comparação com aqueles  
400 municípios que dispõem de ambulatório de especialidades e que esses municípios não podem  
401 ficar sem acesso a esses exames, ou então não adiantaria ter o especialista no município. A  
402 Sra. Silvia Karla apontou os encaminhamentos decorrentes desta reunião, sendo: primeira -  
403 montar um dossiê da Portaria Três Nove Nove Quatro e encaminhar aos gestores municipais e  
404 agendar reunião com CRESEMS e município de Londrina, convidando todos os gestores  
405 municipais; segunda - informar todas as mudanças na Identidade Territorial do dia vinte e um  
406 de cada mês; terceiro - confeccionar o Caderno Gestor quadrimestral ampliado com  
407 contribuição das Diretoria Administrativa e Diretoria Contábil Financeira; quarta - manter  
408 como pauta fixa no Conselho Curador pendências financeira por programa; quinta - oferta  
409 diagnose no contrato de exames; sexto - definir a criação de um grupo para tratar do risco um  
410 na Potencialização da oferta; sétimo - agendar reunião para tratar especificamente da pauta  
411 mutirão. Foi acordado que o agendamento do Projeto Um da Potencialização da Oferta para o  
412 mês de novembro vai ser disponibilizado o cadastro da oferta para os municípios. O consórcio  
413 ira cadastrar o teto no Solus, conforme informação disponibilizado pelos municípios. Em  
414 quinze de outubro o Cismepar irá encaminhar a oferta. Os municípios terão até o dia vinte e  
415 dois para encaminhamento da resposta. E em seguida agradeceu a todos pela contribuição  
416 nesse processo de construção do contrato de consórcio. A Sr.<sup>a</sup> Silvia Karla agradeceu a  
417 presença de todos. E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, e eu Simone  
418 Oussaki, Assessora da Diretoria Executiva, lavrando-se a presente ata que, após lida e  
419 aprovada, foi assinada pelos presentes.

MUNICÍPIO	NOME	ASSINATURA
Ibiporã	Leiliane de Jesus de Martini Lopes Vilar	
Jaguapitã	Gisele Aparecida de Moraes	
Lupionópolis	Eudes Cavallari Junior	
Tamarana	Viviane Granado B. da Silva	

420